

A Paz Inacabada

Jacques Rupnik

O conflito em potência entre albaneses e eslavos há muito que existe na Macedónia. Porque é que assistimos agora à sua radicalização? Porque a comunidade internacional, ao não resolver o estatuto do Kosovo, deixou nos Balcãs uma paz inacabada. Agora, com o Montenegro a preparar-se para um referendo sobre a independência, é necessário pensar-se no Kosovo, num cenário pós-Jugoslávia.

Na Primavera de 1999 terminou, com a intervenção da NATO, uma década bélica que teve como denominador comum o regime de Slobodan Milosevic e, mais genericamente, a questão sérvia. O belicismo da década pode vir a prolongar-se através de uma extensão da guerrilha ao sul da Sérvia e à Macedónia, a partir do Kosovo. O denominador comum, desta vez, é a "questão albanesa". Há dois anos, a "comunidade internacional" interveio em defesa dos albaneses do Kosovo contra a repressão da Sérvia. Hoje, a mesma comunidade apoia unanimemente o governo de Skopje contra uma tentativa de desestabilização – conduzida por alguns dos seus aliados de outrora. Como explicar esta nova vaga de violência no Sul dos Balcãs e o embaraço dos europeus face a esta crise?

A extensão de conflitos armados do sul da Sérvia para o noroeste da Macedónia sugere uma relação directa entre as acções conduzidas pelos "herdeiros" do UÇK (Exército de Libertação do Kosovo). Não se deve, no entanto, estabelecer paralelismos demasiado apressados entre dois conflitos que opõem eslavos (sérvios ou macedónios em controle do poder estatal) e albaneses, reduzidos ao estatuto de cidadãos de segunda classe. De facto, a Macedónia – república da ex-Jugoslávia que alcançou a independência no final de 1991, e reconhecida internacionalmente, devido à oposição grega, sob o nome de FYROM – representou, no decurso da última década, um modelo alternativo de relação entre eslavos e albaneses, face ao praticado pelo regime de Milosevic no Kosovo. Contrariamente a um regime de apartheid onde a clivagem entre o poder e a sociedade segue a clivagem étnica, a Macedónia segue uma linha de inclusão política com os partidos moderados albaneses, tanto sob a presidência de Kiro Gligov, como, mais surpreendentemente, nos últimos dois anos, pela aliança governamental dos nacionalistas macedónios do VMRO de Georgiejevski com os nacionalistas radicais do Partido Democrático dos Albaneses da Macedónia, dirigido por Arben Xhaferri. O principal problema diz respeito à integração da minoria albanesa (24% da população segundo o último recenseamento, cerca de um terço segundo algumas estimativas) nas instituições públicas (administração, justiça). As forças armadas e policiais não têm mais de 3% de albaneses. Foi em redor da criação de uma Universidade albanesa em Tetovo, em 1994, que eclodiu uma primeira crise política séria. Para os albaneses, sobretudo para os docentes que saíram do Kosovo na sequência do encerramento da Universidade de Pristina, tratava-se de afirmar simbolicamente a equivalência de estatuto com os eslavos macedónios. Neste local da Europa, um recenseamento é mais importante que uma eleição e uma universidade comunitária própria é considerada como um desafio político mais decisivo que a representação no parlamento ou no governo. O objectivo declarado da maioria dos partidos albaneses é a obtenção do estatuto de "nação constitutiva", ou seja, a federalização do Estado macedónio e a consagração de duas línguas oficiais.

Se a ideia de favorecer as reformas para permitir uma melhor integração da população albanófona nas instituições se parece impor, existem duas objecções principais a uma reforma constitucional. A primeira é que o federalismo a dois parece votado ao fracasso na medida em que tende a transformar a política num jogo de soma zero: todo o ganho de uns é percebido como perda dos outros. Mas a maior objecção diz respeito à confiança necessária para empreender uma reforma constitucional que implica riscos. Pode considerar-se que esses riscos são necessários como meio de assegurar a coexistência de duas comunidades e de salvar, a longo prazo, o Estado comum: salvar a Macedónia significaria assim assumir um tal risco constitucional, que poderá, no entanto, revelar-se igualmente fatal. Mas nos Balcãs ninguém se quer contentar com o estatuto de minoria nacional – cidadão de segunda para uns, “quinta coluna” de Estados vizinhos para outros. “Porque serei uma minoria no teu Estado quando podes ser tu minoria no meu”, segundo a boutade de Vladimir Gligorov, filho do antigo presidente macedónio.

Seja como for, o facto de o Exército de Libertação Nacional, violentamente recém surgido em cena, ter estes objectivos federalistas, não dá garantias nenhuma aos eslavos macedónios e exclui, de facto, qualquer possibilidade de reforma constitucional. Resta a ameaça do presidente do Conselho da Universidade Paralela de Tetovo, Milajim Fejzi, ao afirmar que os albaneses da Macedónia obterão os seus direitos «pela negociação ou pela força» e que a Federação Macedónia é inevitável, sob pena de uma guerra generalizada no país.

Que razões justificam estes preliminares de uma nova guerra que se desenvolvem desde o início do ano? Não sendo o resultado de uma deterioração da situação interna da Macedónia, fica claro que o impulso principal chega do vizinho Kosovo. O primeiro motivo liga-se ao estatuto final do Kosovo, deixado em suspenso desde a intervenção da Nato há dois anos. A comunidade internacional julgou que, após a queda de Milosevic, seria suficiente a readmissão de Belgrado nas instâncias internacionais para que o que ficou da Jugoslávia se tornasse viável e que o Kosovo (que dela faz parte segundo a resolução 1244 da ONU) a tal se conformasse. A vontade de nada fazer que pudesse incomodar o sucessor de Milosevic, Vojislav Kostunica, juntaram-se os rumores da diminuição do empenhamento militar da nova administração americana (Condoleezza Rice tinha já declarado que a missão dos soldados americanos não poderia ser a de ajudar crianças albanesas a atravessar a rua no Kosovo). Tanto a ausência de progressos sobre o autogoverno e o estatuto do Kosovo como a derrota do UÇK de H. Thaci nas eleições municipais de Outubro do ano passado, a favor do LDK de I. Rugova (defensor da não violência), encorajou indiscutivelmente os elementos extremistas do antigo UÇK a tomar a dianteira e tentar forçar uma solução através de uma fuga em frente, o que favoreceu a extensão do conflito do Kosovo na direcção do Sul da Sérvia, seguindo-se a Macedónia. Estas acções foram facilitadas tanto pelo elevado número de kosovares que encontraram refúgio na Macedónia ao longo da última década, como pelos albaneses da Macedónia (mais de 700) que se bateram nas fileiras do UÇK no Kosovo em 1998-1999. Há portanto uma interacção, uma osmose entre a guerrilha no Kosovo, no Sul da Sérvia e na Macedónia.

A dimensão regional do conflito envolve também a Bulgária (de uma moderação exemplar ao longo dos últimos dez anos, mas que se envolveu em três guerras por causa da Macedónia num século) e a Grécia, que reclama os direitos de autor relativamente ao próprio nome da Macedónia. A história não se repete. Recordamos, sem dúvida, que as primeiras guerras balcânicas (1912-1913) tinham como objectivo precisamente a redefinição do território da Macedónia. Mas esquecemo-nos que na origem, durante o Verão de 1912, esteve uma insurreição albanesa que se propagou ao coração da Macedónia. A reacção das potências europeias era então de preservar o status quo e de encorajar a então designada «Turquia europeia» a adoptar reformas. Foi para garantir este status quo e esta estabilidade desejada pelas grandes potências que a Bulgária, a Sérvia e a Grécia se defrontaram para partilhar a Macedónia. Hoje em dia, é a Macedónia que é convidada pela União

Europeia a adoptar reformas, e a questão albanesa que vem atormentar as vizinhas Bulgária, Grécia e Sérvia. A Bulgária apoia logisticamente o exército macedónio e aparece como o melhor aliado do Governo de Skopje; a Grécia pede à NATO uma intervenção contra o UÇK. Todos procuram que um desmoronamento da Macedónia não provoque uma nova Guerra Balcânica.

Quanto aos Ocidentais, e à semelhança de cada crise surgida nos Balcãs na última década, parecem redescobrir as diferenças entre Europeus e Americanos. A nova administração americana já expressou claramente as suas reticências em se deixar envolver na gestão de conflitos étnicos. Os Europeus oferecem um apoio político incondicional ao governo de Skopje, mas também hesitam em envolver-se, por receio de represálias contra a KFOR do Kosovo. Mas, sobretudo, intervir significa saber que estatuto se deseja impor. Não há de momento qualquer projecto comum para a região, e um eventual fracasso pode sacudir o status quo, e não apenas por causa da crise da Macedónia. O Montenegro será cenário de um referendo sobre a sua independência antes do Verão. Se, como é a vontade do presidente Djukanovic, a resposta for positiva, não haverá mais Jugoslávia. Que diremos aos albaneses do Kosovo? Que eles devem reter a resolução 1244 da ONU atestando que o Kosovo faz parte da ...Jugoslávia? Seria necessário fazer evoluir o Kosovo da situação de protectorado internacional para um acordo negociado com a Sérvia e o Montenegro pós-Jugoslávia e, a prazo, para uma independência condicional que, ela sim, passa para além da concepção do século XIX da soberania para uma concepção mais exigente, do século XXI, de soberania partilhada, de soberania condicional. Para o Kosovo, isto significa renunciar à violência e a qualquer modificação nas fronteiras, bem como a empenhar-se no respeito pelos Direitos do Homem, a começar pelos da minoria Sérvia. Toda a evolução nesta direcção está comprometida pela escalada provocada pelos nacionalistas radicais do UÇK em direcção ao sul da Sérvia e à Macedónia. Assim, o resultado provável será ou um alargamento do protectorado internacional do Kosovo à Macedónia e à Albânia, ou então a implosão da Macedónia, com os riscos associados de "infecção" regional e o retorno ao tabuleiro das primeiras guerras Balcânicas.